

A AMAZÔNIA ALÉM DAS FLORESTAS, DOS RIOS E DAS ESCOLAS: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E PROBLEMAS AMBIENTAIS¹

FRANCISCA MARLI RODRIGUES DE ANDRADE²

1. A Amazônia e suas representações sociais

A região da Amazônia, em função da sua biodiversidade e multiculturalidade, foi e continua sendo representada a partir de diferentes perspectivas. Para ressaltar algumas destas representações retornaremos ao início do processo de *invasão, apropriação e violência* -conhecido na historiografia como colonização (ANDRADE, 2017). Especialmente à chegada do navegador espanhol Vicente Pinzón, no ano de 1.500, para lembrar a descrição da Amazônia como *paraíso terrestre* (PORTO-GONÇALVES, 2017). Contudo, esta representação, sobretudo a partir de meados do século passado, vêm sofrendo constantes mudanças e, nos dias atuais, têm ganhado significados pouco atrativos. Em função de uma série de conflitos de interesses econômicos, políticos e sociais que caracterizam a pós-modernidade, a Amazônia brasileira foi convertida em um tema complexo, com diferentes dilemas e desafios a serem resolvidos.

Evidencia-se, assim, uma demanda social pautada na necessidade de dialogar *com* os problemas ambientais impostos à esta região. Tais problemas são diariamente difundidos nos meios de comunicação de massa e nas redes sociais, tornando-se amplamente conhecidos. Logo, o acesso às informações que os retratam tem favorecido para a reafirmação ou construção de *outras* representações sociais da Amazônia. Tais representações, se distanciam da imagem de paraíso terrestre, de pulmão do mundo, de fonte inesgotável de recursos naturais e de região do futuro; na mesma medida em que se aproximam de inferno verde, cidades e populações invisíveis, vazio demográfico e cultural, entre outras (ANDRADE, 2014; PORTO-GONÇALVES, 2017).

1. Pesquisa financiada pela União Europeia no marco do programa *Erasmus Mundus External Cooperation Window* (EA-CEA) e pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

2. Professora Adjunta na área de Saúde e Meio Ambiente, vinculada ao curso Interdisciplinar em Educação do Campo - Departamento de Ciências Humanas da Universidade Federal Fluminense (UFF). Possui doutorado em Educação, Cultura da Sustentabilidade e Desenvolvimento pela Universidade de Santiago de Compostela (USC) – Espanha. Colabora com redes de pesquisas em âmbito nacional e internacional. É membro titular da Comissão Permanente de Sustentabilidade da Universidade Federal Fluminense (CPS) e da Comissão de Assessoramento para o Planejamento, Implementação, Acompanhamento e Avaliação das Ações vinculadas ao Projeto Redes de Educação e Sustentabilidade da Universidade Federal Fluminense (UFF). Forma parte do Grupo Encontro de Saberes na UFF, vinculado ao Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia da Inclusão (INCTI) com sede na Universidade de Brasília (UnB). E-mail: marli_andrade@id.uff.br

A dialética que retrata as imagens da Amazônia descritas acima evidencia que, para além dessas representações, existe uma realidade que é comum às mulheres, aos homens e à natureza amazônica. Em outras palavras, uma diversidade de aspectos que tem transformado drasticamente a dinâmica política, social e econômica da região; os ecossistemas que formam a sua biodiversidade; os aspectos que definem a constituição identitária e os estilos de vida das comunidades amazônicas. Em relação ao último aspecto, ressaltamos populações do campo, por serem estas mais vulneráveis socioeconomicamente e, portanto, vítimas em potencial do racismo ambiental (ACSELRAD, 2010; LIMA, 2014).

2. A comercialização da Amazônia: supervalorização do capital econômico e o descaso ambiental

O incremento de atividades econômicas, desvinculado de uma política ambiental coerente com a realidade, tem alterado consideravelmente as dinâmicas sociais e ambientais na região amazônica (ANDRADE; CARIDE, 2016). Na mesma proporção, tem provocado inúmeras consequências, dentre elas uma diversidade de problemas ambientais (LIMA, 2016). Nesse sentido, é pertinente contextualizar a história de urbanização da Amazônia, principalmente a partir de uma perspectiva econômica e política para, assim, compreendermos a sua comercialização. Nesta contextualização, ressaltaremos as principais atividades que têm impulsionado e agravado tais problemas desde meados do século passado, assim como as que a caracterizam nas primeiras décadas deste século. Entre tais atividades destacam-se:

- *A construção da Transamazônica (BR 230)* - iniciada no final da década de 60 e concluída em 1974. Aclamada como uma das obras mais polemicas do Regime Militar, em função da intensa derrubada da floresta para sua construção e posteriores impactos. Sua proporção contempla 4.223 Km, estabelecendo-se como a terceira maior rodovia brasileira, passando por sete estados: Paraíba, Ceará, Piauí, Maranhão, Tocantins, Pará e Amazonas (PRATES; BACHA, 2011).
- *O aumento progressivo do preço de produtos agrícolas* – historicamente tem incentivado o desmatamento, tanto para fins produtivos, como para especulativos. Na pauta dos fins produtivos ressaltamos a expansão do agronegócio e, especialmente, o aceleração do cultivo da soja (DOMINGUES; BERMANN, 2012). Por sua vez, os fins especulativos estão relacionados a uma visão futurista que acredita que a agroenergia será mais lucrativa do que o agronegócio e, desta forma, mais rentável economicamente para aqueles países que possuem terras para expandir a sua agricultura (GAZZONI, 2008).
- *A construção e o funcionamento de hidrelétricas* - as usinas construídas em áreas tropicais, como a da floresta amazônica, são as que mais emitem gases que provocam as mudanças climáticas. Isto porque “o impacto das barragens é muito pior, em relação aos combustíveis fósseis, se os cálculos são feitos de uma forma que representa melhor os interesses da sociedade” (FEARNSIDE, 2015, p. 10).

- *A construção de portos e suas atividades* – no Estado do Pará, a construção dos portos de Itaituba e de Santarém contribuíram e ainda contribuem para o aumento da derrubada da floresta e, portanto, da perda da biodiversidade. (DOMINGUES; BERMANN, 2012). Igualmente, para mudança dos modos de subsistência das populações locais e para a emissão de gases que favorecem as mudanças climáticas (LIMA, 2016).
- *As atividades de mineração* – no contexto brasileiro, as principais reservas de minérios estão localizadas na região amazônica e, dessa forma, tem historicamente atraído a atenção de grandes investidores nacionais e internacionais. Os processos de extração de minérios são altamente devastadores para o ambiente, deteriorando-o em diferentes aspectos biofísicos e sociais (PORTO-GONÇALVES, 2017).

São muitos os fatores que têm impulsionado uma série de problemas ambientais na Amazônia. Sendo que as atividades acima citadas desencadeiam uma diversidade de impactos significativos na vida dos ecossistemas e das comunidades que aí habitam. Sobre esta questão, ressaltamos que a construção da Transamazônica (BR 230), assim como outras grandes rodovias, tornaram-se, após a década de 1970, rota para o desmatamento e para a devastação de largas áreas, até então intocadas (PRATES; BACHA, 2011). Da mesma forma, a construção de hidrelétricas também tem contribuído para o aumento das áreas alagadas e desmatadas e, assim, para a perda de biodiversidade e das condições básicas de subsistência para as populações do campo, principalmente para os indígenas, pescadores artesanais e caboclos ribeirinhos (FEARNSIDE, 2015).

Parte da população da Amazônia é conhecedora das consequências destas atividades e, portanto, tem atuado para desarticular a rede de interesses e poder que supervaloriza o capital econômico, na mesma medida em que deixa evidente o descaso ambiental. As tentativas dessa desarticulação é algo historicamente construído no âmbito da participação e dos movimentos sociais, entre as quais podemos destacar: a Revolta da Cabanagem (1835-1840); o Manifesto do Rio Negro (1970); Manifesto Ecológico de José Lutzenberger - “Fim do Futuro? Manifesto ecológico brasileiro” (1976); Aliança dos povos da Floresta, liderada por Chico Mendes, (1980); Movimento Xingu Vivo para Sempre (ANDRADE; CARIDE 2016). Apesar das diversas mobilizações sociais contrárias às instalações de megaprojetos, principalmente à construção e funcionamento de novas usinas hidrelétricas, este setor econômico tem se intensificado nos últimos anos, atingindo o ápice com a construção das obras de Belo Monte (FEARNSIDE, 2015).

Para além dos megaprojetos de rodovias e de hidrelétricas, a Amazônia é desafiada também pelas construções de portos e pelas atividades a eles relacionadas. Da mesma maneira, por todos os processos de poluição, degradação, perdas da biodiversidade e impactos sociais decorrentes das atividades de mineração. Isto porque, tais atividades acabam, “com fortes incrementos na poluição do ar e produção de resíduos e efluentes que chegam aos corpos hídricos, modificando suas características naturais” (LIMA, 2016, p. 9).

Nesse contexto, enfatizamos que tanto os portos como as rodovias atraem investidores que buscam facilidades para o escoamento da produção, especialmente em regiões de capacidade técnica e tecnológica vulneráveis, como é o caso da Amazônia. Nesta territo-

rialidade, as salvaguardas ambientais para mitigar os riscos de desmatamento e da emissão de CO₂ são extremamente deficitárias, tanto no sentido de licenças ambientais, como de monitoramento e fiscalização (FATORELLI, 2010). Em resumo, faltam investimentos e atuação mais precisa do poder público para que tais salvaguardas sejam cumpridas.

Todas estas questões nada mais fazem do que caracterizar e ressaltar o “funcionamento do mercado de terras, cuja ‘ação de coordenação’ faz com que práticas danosas se situem em áreas desvalorizadas, assim como à ausência de políticas que limitem a ação desse mercado” (ACSELRAD, 2010, p. 110). Esta constatação tem mobilizado um grupo de pessoas na Amazônia, as quais compreendem a relação existente entre injustiças ambientais e “dominação ideológica historicamente imposta, junto com o processo de invasão, apropriação e violência” (ANDRADE; CARIDE, 2016, p. 36). Ao compreender o significado dessas ações danosas, bem como das práticas econômicas que têm contribuído para impor uma condição desvalorizada e estigmatizada aos povos amazônidas, intensifica-se o movimento social que luta por justiça ambiental. Isto é:

[...] o conjunto de princípios que asseguram que nenhum grupo de pessoas, sejam grupos étnicos, raciais ou de classe, suporte uma parcela desproporcional das consequências ambientais negativas de operações econômicas, de políticas e programas federais, estaduais e locais, bem como resultantes da ausência ou omissão de tais políticas (HERCULANO, 2008, p. 2).

O movimento por justiça ambiental, neste caso, tem como base a compreensão de que secularmente a região amazônica é vítima de um modelo político, econômico e educativo escolar que tem atuado estrategicamente para ocultar a apropriação das suas riquezas naturais. Em tais estratégias persistem a invisibilização da população local, a desvalorização da sua cultura e, especialmente, a desqualificação dos seus saberes (ANDRADE, 2014). Estas questões têm reforçado uma rede de exclusão social e de problemáticas ambientais enquanto resultado da colonização, das políticas de “povoamento” e de comercialização da Amazônia (PORTO-GONÇALVES, 2017). Contudo, para combater tal problemática é necessário a participação social e, nesse sentido, os docentes são fundamentais ao processo de difusão e construção de *outros* saberes e representações sociais.

3. A pesquisa como estratégia de denúncia das injustiças ambientais: aspectos epistemológicos e metodológicos em questão

A noção de justiça ambiental, apresentada anteriormente, tem contribuído para ampliar as discussões voltadas ao campo teórico e epistemológico dos estudos ambientais. Por um lado, situa-nos diante do “fenômeno de imposição desproporcional dos riscos ambientais sobre as populações menos dotadas de recursos financeiros, políticos e informacionais, tem se consagrado o termo *injustiça ambiental*” (ACSELRAD, 2013, p. 63). Por outro, desafia-nos a pensar que “a noção de *justiça ambiental* foi cunhada para denominar um quadro de vida desejável, no qual esta dimensão ambiental da

injustiça social venha a ser superada” (ACSELRAD, 2013, p. 63-64). Logo, seus princípios provocam aos pesquisadores no cotidiano a deslumbrarem outras formas de fazer pesquisa e, portanto, a incluir determinadas demandas sociais. No caso desta pesquisa, denunciar:

A imposição de uma lógica de inexistência que incide na desqualificação das realidades cotidianas da Amazônia, em que as pessoas, individual e coletivamente, estão sendo submetidas a processos de ‘desenvolvimento’ que carregam consigo as marcas da opressão, da estigmatização, da exclusão e da violência, em sentido amplo (ANDRADE; CARIDE, 2017, p. 1601).

Na Amazônia brasileira desta temporalidade, a lógica de desqualificação das realidades cotidianas e, portanto, as problemáticas ambientais, enquanto resultado da industrialização e derrubada da floresta revelam fortes evidências de esgotamento. Para denunciar tais problemáticas, voltamos nossa atenção à realização de um estudo que tem como objetivo: conhecer as representações sociais de problemas ambientais, bem como os impactos de tais problemas na vida cotidiana de docentes que, com formação em Pedagogia, atuam na rede pública municipal de Castanhal-Pará (Brasil).

A pesquisa foi construída a partir das contribuições teóricas e metodológicas da Teoria das Representações Sociais (TRS). Nossa escolha se justifica na ideia de que a TRS se constitui como campo de pesquisa emergente. Desse modo, suas associações têm ressaltado uma diversidade de concepções e significados que são utilizados para designar, perceber e compreender as questões ambientais, suas problemáticas e seus impactos na realidade cotidiana amazônica (ANDRADE, 20014). Logo, suas contribuições para a pesquisa podem ser descritas conforme a seguir:

- Teoria das Representações Sociais - proposta por Serge Moscovici em 1961, tem como objetivo compreender o processo de “organização de conhecimentos que possui um grupo a respeito de um objeto social” (MOSCOVICI, 1979, p. 45). Razão pela qual os estudos em representações sociais ganharam visibilidade no cenário acadêmico, especialmente em função de três aspectos: a) porque independente de suas origens, os sujeitos sofrem as repercussões das representações em seus conhecimentos e na sua produção cognitiva; b) porque elas induzem a conceitualização do real, a partir da ativação do conhecimento prévio; e, c) possibilitam a reconstrução da realidade e, por isso, podem também ser consideradas como estruturas cognitivo-afetivas (MOSCOVICI, 2010).

Do entrelaçamento das possibilidades do campo científico da TRS, orientamos esta pesquisa a partir da vertente etnográfica, cujas interlocuções são lideradas por Serge Moscovici e Denise Jodelet. A referida vertente está centrada nos elementos que caracterizam as três dimensões que determinam a formação das representações sociais: a

informação; o campo de representação e a atitude (MOSCOVICI, 2010). De igual maneira, o modo como estas dimensões auxiliam na descrição e interpretação de uma determinada realidade social (JODELET, 2001).

Para uma melhor compreensão sobre as dimensões citadas anteriormente, destacamos que, em relação à informação, “as instâncias ou substitutos institucionais e as redes de comunicação informais ou da mídia intervêm em sua elaboração” (JODELET, 2001, p. 21). Por sua vez, os campos de representações “nos remetem a ideia de imagem, de modelo social, ao conteúdo concreto e limitado das representações que se referem a um aspecto precioso do objeto de representação” (MOSCOVICI, 1979, p. 46). Finalmente, “as atitudes não expressam conhecimento como tal, mas uma relação com a certeza e incerteza, crença ou descrença, em relação a esse conhecimento” (MOSCOVICI, 2010, p. 319).

Apresentado os elementos da TRS, adentraremos na parte metodológica da pesquisa, a qual foi contextualizada na Amazônia brasileira, na cidade de Castanhal, Pará. A escolha por esta territorialidade justifica-se em função dos diferentes interesses político-econômicos que, na sua perspectiva ambiental, têm alterado drasticamente as dinâmicas sociais e políticas da região. Nossa opção pelos contextos educativos escolares tem como ponto de partida a necessidade de dialogar com a refundação do cotidiano pedagógico, sobretudo, com as possibilidades de transformação das representações sociais em “lutas sociais e pelo poder da resistência que, notadamente, caracterizam os tempos pós-hegemônicos” (ANDRADE; CARIDE, 2016, p. 46).

Nesta possibilidade de refundação do cotidiano pedagógico, colaboraram com a pesquisa um total de 121 docentes que, com formação em Pedagogia, atuam na rede pública municipal de Castanhal-Pará (Brasil). Essa colaboração aconteceu da seguinte forma: 121 docentes responderam a um questionário elaborado *ad hoc*, 13 deles participaram em dois grupos de discussão e dois docentes aceitaram nossa presença em suas salas de aula para realizarmos o processo de observação participante. Todas as atividades foram planejadas de modo a atender às demandas da pesquisa, sobretudo responder às categorias de análise estabelecidas previamente. Os dados da pesquisa foram analisados respeitando os critérios da corrente etnográfica da TRS, para os quais recorremos ao software *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS).

Em uma breve apresentação, os dados indicam que, dos 121 docentes da pesquisa, 89,3% são mulheres, o que confirma a presença majoritariamente delas no desempenho da docência nos anos iniciais do Ensino Fundamental. No que diz respeito aos aspectos da formação, as informações obtidas indicam que 71% concluíram seus processos formativos de graduação em Pedagogia entre 2001 e 2010. Frequentaram 12 instituições de ensino superior, das quais 52% são privadas e 45,5% públicas, com destaque para a Universidade Federal do Pará (UFPA) que formou 38% dos docentes pesquisados. No tocante aos aspectos da profissionalização, as informações confirmam que 54,5% dos docentes têm mais de dez anos de experiência no magistério e que 95% desfrutaram de uma condição de empregabilidade amparada no regime estatutário.

4. Problemas ambientais e representações sociais: a Amazônia em discussão

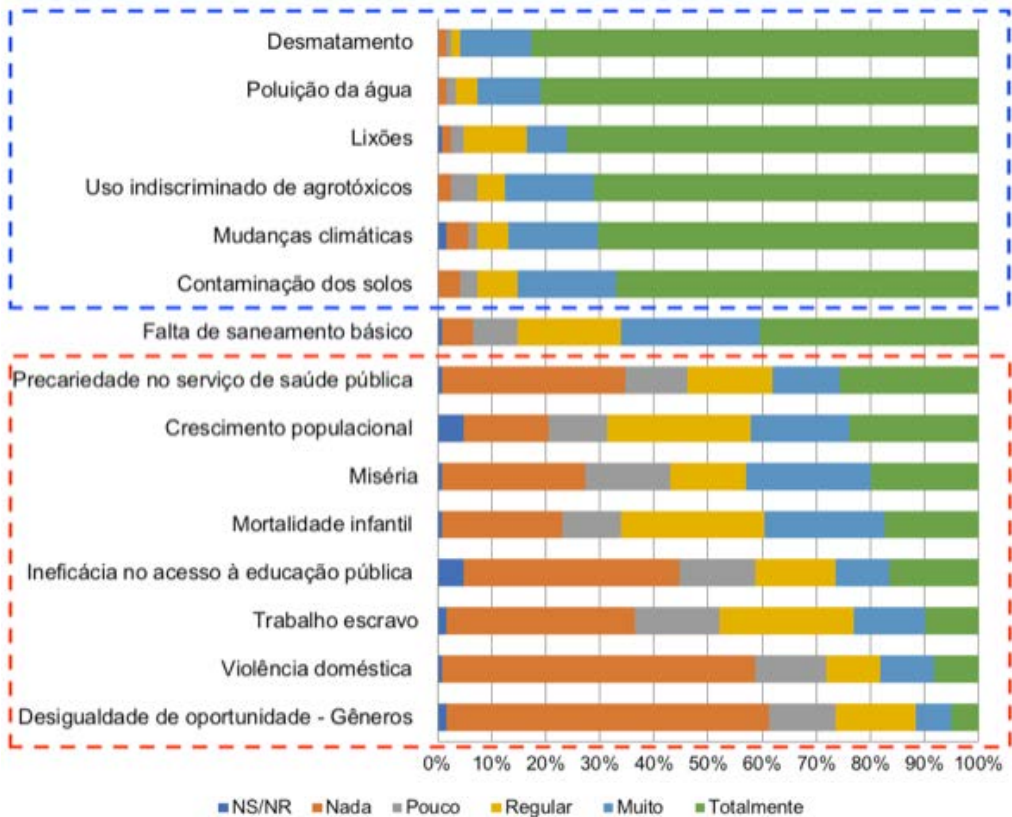
Desde as últimas décadas do século passado, a Amazônia apresenta-se como uma dialética constante na pauta dos diálogos econômicos globais. Por um lado, os interesses políticos internacionais têm convergido no sentido de pressionar o Estado brasileiro para a preservação da Amazônia. Por outro, têm incentivado e financiado diferentes megaprojetos que provocaram e ainda provocam a derrubada da floresta e exploração das suas riquezas naturais (PORTO-GONZALVES, 2017). Essa exploração tornou-se objeto de debate nos meios de comunicação de massa, bem como nas redes sociais. Entre tais debates destacam-se “o aumento da exploração ilegal de madeira, desmatamento de áreas de floresta, terras e florestas destinadas à agropecuária e maior uso de agrotóxicos”, entre outros (LIMA, 2016, p. 9).

A dialética anteriormente citada, assim como as mensagens e debates gerados pela *mídia* e nas redes sociais, tem contribuído para a reafirmação e/ou desconstrução de representações sociais sobre os problemas ambientais na região. Nesta parte empírica da pesquisa, esta reafirmação e/ou desconstrução é justamente o aspecto que nos interessa, em função do modo como os sujeitos percebem e compreendem a realidade social. Para tanto, analisaremos dois elementos das representações sociais de problemas ambientais, precisamente a sua *compreensão* e seus *impactos* na realidade cotidiana da mulher, do homem e da natureza amazônida, a partir da perspectiva dos protagonistas da pesquisa.

4.1 Problemas ambientais amazônicos: o cotidiano nas representações sociais

Nos últimos anos, os problemas ambientais foram convertidos, na visão dos organismos internacionais, em outros signos linguísticos - tal como os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) - para representá-los e distingui-los enquanto objeto social (CARIDE, 2011). No âmbito educativo escolar, sobretudo na Amazônia brasileira, algumas propostas pedagógicas foram descontextualizadas da realidade para converter-se em tais objetivos (ANDRADE, 2014), desconsiderando que a vida cotidiana proporciona uma compreensão da realidade a partir dos aspectos históricos e culturais que se fazem perceptíveis nos códigos sociais e nos modelos normativos impostos aos grupos. Compreensão essa que se transforma em representações sociais e que, dessa forma, podem ser observadas no gráfico n.1.

Gráfico n. 1 - Realidade amazônica: situações que os docentes consideram problemas ambientais (N=121)



Fonte: Elaboração própria.

Para uma aproximação e posterior compreensão das representações sociais de problemas ambientais elaboradas pelos 121 protagonistas da pesquisa, optamos pelo processo de associação. Elencamos, portanto, 15 variáveis relacionadas ao tema, as quais perpassam pela questão do desmatamento até as discussões sobre equidade de gênero. Nesse sentido, os dados revelam a existência de um padrão estruturado nas imagens arraigadas nos imaginários sociais dos protagonistas da pesquisa. Em tais imagens os docentes decompõem o objeto da pesquisa - problemas ambientais - em dois 'conjuntos': o *biofísico* e o *social*.

O conjunto biofísico, pontilhado de linha azul, está relacionado aos recursos naturais e às consequências antrópicas presenciadas na realidade. Por sua vez, o conjunto social, pontilhado de linha vermelha, diz respeito às questões sociais que, decorrentes de tais problemas, comprometem a qualidade de vida. Em meio aos dois conjuntos, é possível identificar um ponto de interseção, formado por opiniões que expressam as inter-relações existentes entre tais situações e, portanto, uma compreensão ampla das problemáticas ambientais. Tal interseção releva-se na variável falta de saneamento básico.

A proposta inicial do processo de associação era, justamente, identificar os elementos que seriam selecionados ou descontextualizados do objeto social em debate (JODELET, 2001). De forma clara, as respostas dos protagonistas da pesquisa apresentam uma divisão, de modo que as questões que compõem o conjunto *biofísico* foram diretamente relacionadas aos problemas ambientais, sendo que as do conjunto *social* foram desvinculadas da análise. Dessa forma os dados revelam representações de problemas ambientais que, por conseguinte, refletem as suas concepções de ambiente ancoradas, principalmente, nos elementos da natureza. Para um melhor entendimento da noção de ancoragem aqui utilizada, recorreremos às contribuições de Jodelet (2001, p. 38-39) para ressaltar que:

A ancoragem enraíza a representação e seu objeto numa rede de significações que permite situá-los em relação aos valores sociais e dar-lhes coerência [...], desempenha um papel decisivo, essencialmente no que se refere à realização de sua inscrição num sistema de acolhimento nocional, um já pensado.

Nesse processo de enraizamento, outro aspecto a ser observado remete-se à organização destas “situações” no instrumento de coleta de dados, no qual obedeciam a uma ordem diferente da que foi aqui apresentada. Porém, as respostas dos protagonistas da pesquisa impuseram à discussão uma leitura mais atenta e, por conseguinte, outra forma de abordá-las. Nesta nova abordagem, dois aspectos merecem ser destacados: a) constante vinculação das situações que foram consideradas problemas ambientais nos meios de comunicação de massa e redes sociais – desmatamento na Amazônia, poluição da água e lixões (ANDRADE, 2014); b) incidência dos elementos circunstanciais que se fazem perceptíveis em suas vidas cotidianas – desigualdade de oportunidade entre os gêneros, violência doméstica e trabalho escravo. A associação entre ambos aspectos se revela no entendimento de que:

[...] a instalação de grandes empreendimentos na Amazônia não significou grandes melhorias de infraestrutura ou nos serviços públicos de transporte, saúde e educação para a população dos municípios que, direta ou indiretamente, foram afetados com os impactos ambientais e danos aos ecossistemas aquáticos e saúde humana. Nestes casos, os escassos empregos disponíveis para a população local são, na sua maioria, em atividades associadas à prestação de serviços com baixa remuneração e caracterizada, muitas vezes, pela precariedade do trabalho ou até mesmo nas relações de trabalho (LIMA, 2016, p. 9).

No âmbito dos impactos ambientais, os dados revelam, também, algo que diríamos ser coincidência ou mesmo coerência nas respostas dos docentes, porém as evidências indicam a segunda. Tal coerência coloca em evidência as discussões grupais sobre tais problemas, precisamente sobre duas questões específicas: as opiniões dos docentes em relação aos principais problemas ambientais em escala local – Amazônia brasileira – e global. Sobre esta questão, as repostas dos protagonistas da pesquisa enfatizam que “no

contexto da Amazônia eu acredito que seja o desmatamento que está acabando com a nossa floresta, já em escala mundial com certeza é o aquecimento global que vem gerando muitos problemas respiratórios e de câncer de pele” (G2-P4ⁱ).

O discurso apresentado anteriormente foi compartilhado, de forma unânime, nos dois grupos de discussão; ou seja, o *desmatamento* e o *aquecimento global*, como os principais problemas locais e globais, respectivamente. Inquestionavelmente, as demais questões geraram debates e discussões, sendo que esta foi respondida prontamente pela coletividade. Portanto, tais opiniões reforçam a ideia de consenso entre as pessoas que participaram nos dois grupos de discussões. Principalmente, a existência de “imagens que condensam um conjunto de significados; sistemas de referência que nos permitem interpretar o que nos acontece, e inclusive, dá sentido ao inesperado” (JODELET, 1985, p. 472). Em tal consenso reside o argumento de que:

O desmatamento, através dele vai assoreando os rios, jogando os barrancos e aí vai se tornado uma coisa maior. Fala-se que o pulmão do mundo é a Amazônia, e eu, certo lugar, parei e sobrevoei por cima de Marabá, vi aquelas crateras enormes, por isso cheguei comentando: meu Deus é por isso que o pessoal fica tão preocupado com Marabá. Com esse desmatamento vem o aquecimento global (G1-P6).

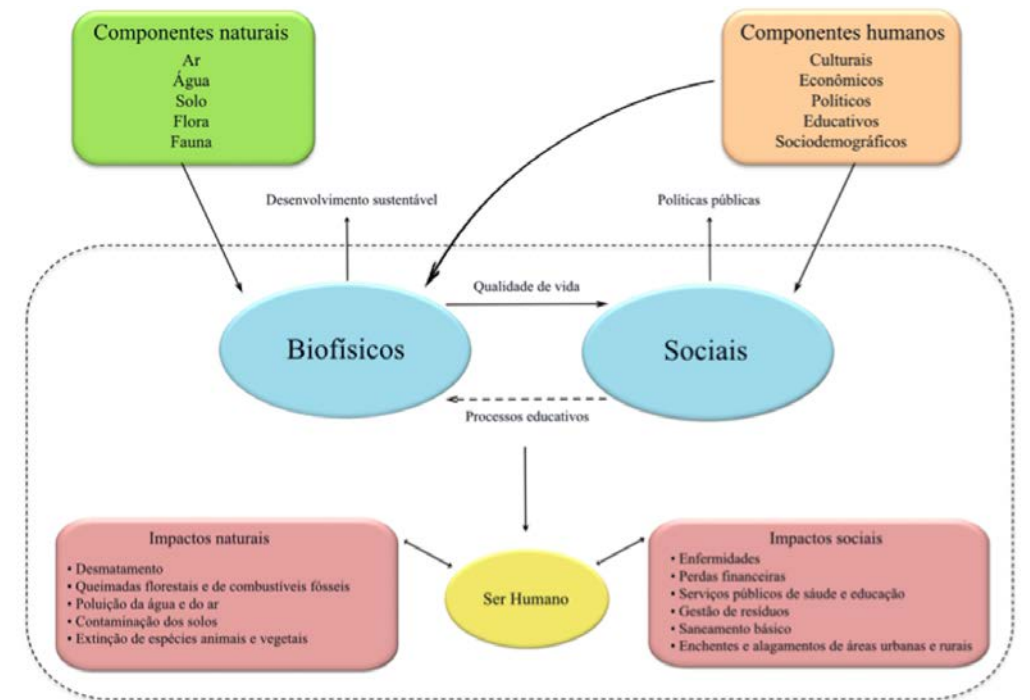
Na temática dos problemas ambientais estão inseridas, também, outras questões complexas que traduzem a trajetória de invasão, apropriação e violência na Amazônia, envolvendo, portanto, países como o Peru, a Colômbia, a Venezuela, o Equador, a Bolívia, a Guiana, o Suriname e a Guiana Francesa. Especialmente, sobre o processo de apropriação, podemos destacar a “retirada, contra à vontade, das terras, da língua, da cultura, das riquezas naturais, da dignidade, da liberdade, da sabedoria e da paz dos povos/etnias/nacionalidades” amazônicas (ANDRADE, 2017, p. 55). Ainda na pauta da apropriação da natureza, revelam-se, principalmente nas últimas duas décadas, “a magnitude dos impactos socioambientais causados pelos megaprojetos [...] qualitativamente mais alta que nas ondas prévias da expansão de fronteiras devido ao tamanho e alcance geográfico dos empreendimentos” (LITTLE, 2013, p. 13). Tal magnitude é percebida pelas populações locais, as quais se sentem impotentes diante dos impactos causados pelos megaprojetos.

4.2 Consequências dos problemas ambientais: interpretações na vida cotidiana amazônica

A realidade compartilhada permite aos protagonistas da pesquisa elaborarem significados, a partir de concepções, de percepções e do modo como um determinado objeto social tem implicação em nossas vidas cotidianas (JODELET, 2001). Entre tais objetos, encontram-se os problemas ambientais, cujos impactos no ambiente natural são incalculáveis, “o número de espécies ameaçadas de extinção faz com que tenhamos uma perda significativa da biodiversidade” (NORA; SATO, 2015, p. 236). Da mesma forma, as alterações nas dinâmicas sociais, políticas e econômicas mostram que, sem controle do

processo de apropriação da floresta e de suas riquezas naturais, os riscos de presenciarmos a constante perda das condições essenciais à vida revela-se uma certeza. Diante das evidências dos impactos ambientais percebidos na realidade comum, apresentamos uma aproximação do modo como os docentes da pesquisa esquematizam suas representações sociais.

Figura n. 1 - Os impactos dos problemas ambientais no contexto da Amazônia: esquematização das representações sociais



Fonte: Elaboração própria.

A construção desse esquema tem como funcionalidade proporcionar uma leitura dinâmica, a partir da percepção dos protagonistas da pesquisa sobre os impactos dos problemas ambientais em suas vidas cotidianas. Para tal elaboração, recorreremos à ideia de *esquematização estruturante* para aludirmos ao campo figurativo das representações sociais. O referido campo pode ser compreendido como uma estrutura conceitual que possibilita aos sujeitos organizarem e apreenderem imagens dos elementos que constituem o objeto de representação, seja de forma individualizada, seja nas suas inter-relações (MOSCOVICI, 1979; JODELET, 1985). Ao propor aos docentes da pesquisa uma descrição associativa de temas, esperávamos uma complementaridade de dados para então compreendermos a representação de problemas ambientais, pautada na divisão de dois conjuntos – biofísicos e sociais.

As respostas apresentadas ganham visibilidade no discurso de que “os problemas de natureza ambiental afetam de maneira direta na vida do ser humano, uma vez que somos natureza e com isso consequentemente o espaço em que estamos inseridos nos afetam” (P3). No discurso está incluído uma série de fatores políticos, econômicos e culturais e as suas implicações nos elementos *biofísicos* e *sociais*, que ameaçam, sobretudo, a qualidade de vida na Terra. De forma explícita, ressalta o sentimento humano de centralidade e de posse do ambiente, no qual estão submergidas as problemáticas ambientais enquanto resultado das formas de apropriação da natureza. Apropriação esta que estabeleceu uma nova era geológica, designada por Antropoceno e, portanto, “caracterizada por forte impacto das atividades humanas sobre o porvir da Nave Espacial Terra” (SACHS, 2012, p. 43).

As situações consideradas pelos sujeitos da pesquisa como problemas ambientais ressaltam a percepção dos impactos dessa nova era geológica – Antropoceno. Tais impactos revelam-se na forma como eles se sentem vulneráveis às enfermidades decorrentes, principalmente das queimadas, das mudanças climáticas, da poluição dos rios e igarapés, etc. Nesse sentido, os protagonistas da pesquisa reconhecem a necessidade da educação enquanto dimensão chave para diminuir estes impactos. Para os docentes, “os problemas ambientais ameaçam as nossas vidas, precisamos nos reeducar ambientalmente para garantirmos as condições necessárias para a nossa geração e as futuras, somente por meio da educação teremos um desenvolvimento sustentável” (P5).

Em suas respostas, reiteram a noção de centralidade humana, uma vez que destacam que “as queimadas que acontecem constantemente, acarretam problemas de saúde como: respiratórios, visuais, na pele e outros” (P83). Ressaltam, portanto, as preocupações relacionadas aos aspectos sociais, enquanto que os biofísicos são deixados às margens da questão. Isto porque a ênfase está pautada nos “problemas de saúde e financeiro, como podemos ter saúde se respiramos o ar poluído, se temos alimentos que crescem em solos contaminados, com isso se gasta muito para se ter saúde e alimentos saudáveis” (P106). Em uma releitura dos dados, entendemos que a constância na centralidade humana acontece enquanto resultado das injustiças e racismo ambiental, do qual as populações da Amazônia, em sua totalidade, são vítimas. Racismo esse compreendido como:

Termo concernente aos impactos e injustiças ambientais perpetrados por empreendedoras privadas e pelas políticas públicas realizadas pelo Estado que recaem sobre dada parcela da população, em razão de sua vulnerabilidade social, cor ou etnia [...] acaba por atingir parcela mais vulnerável da sociedade que, além de padecer de desigualdades socioeconômicas, passa a suportar mazelas ambientais (ROCHA; VASCONCEOS, 2018, p. 337).

Considerando a lógica de injustiças e de racismo ambiental, é interessante observar como os docentes classificam os problemas ambientais e seus impactos. Com relação ao primeiro, o desmatamento aparece no centro da discussão. No tocante ao segundo, a saúde e o aspecto financeiro são mais recorrentes. Nesse sentido, para os protagonistas da pesquisa “o maior impacto seria na saúde. Pois todos esses fatores geram problemas que

atingem o homem, a água e o ar. Respiramos, bebemos e comemos o que a terra produz, se contaminarmos seremos nós vítimas de nós mesmos” (P86).

Novamente os discursos dos participantes na pesquisa nos remetem à noção de injustiças ambientais, porém desvinculada de uma análise mais ampla. Isto é, os impactos decorrentes das ações dos megaprojetos instalados na Amazônia, precisamente os empreendimentos industriais, minerais e hidrelétricos. Nesse contexto, é importante pontuar que, na região, em função da intencional carência de capacidades técnicas e tecnológicas, os modelos de licenciamento de impactos ambientais “não consideram o desenvolvimento humano como um aspecto importante e necessário, e omitem os reais impactos ambientais e riscos à saúde de grandes empreendimentos num planejamento de gradativo aumento de produtividade” (LIMA, 2016, p. 10).

Na pauta do aumento de produtividade e seus impactos, outro aspecto que merece ser discutido refere-se ao desmatamento, o qual, nas representações sociais dos protagonistas da pesquisa, converteu-se na principal causa das mudanças climáticas. Para eles, tais impactos são materializados em: “as mudanças climáticas, devido ao desmatamento, às vezes parece que o tempo ficou descontrolado” (P59). Talvez essa relação tenha como ponto de partida a existência de “uma forte tendência para as pessoas verem a Amazônia em termos fatalistas, incluindo tanto o desmatamento como as consequências da mudança climática” (FEARNSIDE, 2006, p. 399). Outra possibilidade para explicar tal fenômeno, refere-se ao modo como o tema vem sendo abordado nos meios de comunicação de massa e nas redes sociais, deixando-o, assim, familiar na realidade cotidiana. Sobre este aspecto, Nora e Sato (2015, p. 239) enfatizam que:

O termo “mudanças climáticas” tem sido amplamente utilizado pelas mídias e também no cotidiano das discussões dos problemas ambientais e dos desastres naturais, mas a maioria das pessoas desconhece este termo, e desconhecem principalmente que as mudanças climáticas são também provocadas pelo impacto direto das ações humanas sobre o ambiente natural.

Embora a maioria das pessoas desconheça este termo, isso não as impede de construir imagens sobre os impactos de tal problema na realidade cotidiana. Nesse sentido, os discursos dos protagonistas da pesquisa enfatizam que “um dos problemas que influenciam em minha vida particular é o aquecimento global, que nos últimos anos o calor tem aumentado significativamente em nossa região” (P71). Para além dessa problemática, o docente acrescenta que a “escassez de água potável, bem como a sua poluição também têm causado um grande impacto natural em nossas vidas” (P17). Ao construir representações sociais dos problemas ambientais e seus impactos, os participantes na pesquisa estabelecem uma relação direta entre desmatamento e mudanças climáticas.

Independente da forma como foi estabelecida esta representação associativa, desmatamento na Amazônia e mudanças climáticas, o discurso apresentado converge no sentido de reiterar que as mudanças climáticas são pautas importantes, não somente na agenda internacional. Convida-nos a questionar que “apesar de terem sido os países ricos os grandes responsáveis pela ocorrência de tal fenômeno, serão os mais pobres que

sofrerão de forma mais dura suas consequências adversas” (LIMA, 2014, p. 121). Em outras palavras, os processos de injustiças climáticas aos quais os povos da Amazônia estão expostos. Desse modo, os discursos dos docentes ressaltam os impactos de tais mudanças na realidade cotidiana; ou seja, o “aumento da temperatura no estado do Pará influencia nosso humor, nossa alimentação, nosso respirar, ocasionando doenças” (P70).

Os discursos dos protagonistas da pesquisa reiteram a influência da realidade de injustiças ambientais na elaboração de processos mentais, os quais concentram determinados elementos sobre um objeto social para, assim, atribuir significados que serão compartilhados por meio da comunicação (MOSCOVICI, 2010). As respostas dos pesquisados confirmam essa ideia, já que a lógica argumentativa dos seus discursos mantém a mesma essência: a concepção inicial e o campo de significados. Neste caso, o desmatamento e as mudanças climáticas, respectivamente, sendo que tais relações associativas se apresentam como uma representação consolidada.

Apesar do tema das mudanças climáticas apresentar-se como imagem já consolidada, encontram-se elaborações como “o que está bem próximo de mim é a questão do desmatamento e contaminação da água, já que muitos dos igarapés da cidade onde nasci estão contaminados ou assoreados pelo desmatamento na área de várzea” (P60). O discurso reitera os cenários de perdas que acontecem no contexto amazônico, sobretudo os impactos dos megaprojetos instalados na região. Entre tais impactos, os docentes ressaltam suas preocupações em relação à contaminação da água, sendo esta um dos elementos que caracterizam as injustiças ambientais. Isto porque “a bacia amazônica é vista pelos governos, empresas, inversionistas e consumidores como uma fonte inesgotável de recursos hídricos úteis para a produção hidroelétrica” (PORTO-GONÇALVES, 2017, p. 63). Porém, pouco ou quase nada é questionado em relação aos impactos ambientais nas vidas das comunidades locais em decorrência dessa forma de produção (FEARNSIDE, 2015).

Possivelmente por este motivo, a água é outro componente natural que se apresenta recorrente nos dados da pesquisa, especialmente pela sua importância na vida cotidiana da população local, uma vez que não somente sacia uma necessidade essencial, mas porque agrega um valor simbólico, estético e cultural compartilhado entre gerações (ANDRADE, 2017). Logo, sobre o tema da contaminação água, os protagonistas da pesquisa enfatizam que “a vida humana se tornará ruim, a escassez de água potável tão vital para o ser humano compromete nossas vidas como também das futuras gerações” (P65). O discurso reflete de algum modo os saberes intergeracionais compartilhados, por meio da oralidade na realidade cotidiana.

Nesta compreensão da realidade, é válido enfatizar que “sente-se os impactos no cotidiano e, em consequência, sofremos com o calor, enchentes, desmatamento, lixões, falta de água potável, etc.” (P69). Desse modo, os sujeitos da pesquisa retomam as críticas à ineficiência das políticas públicas e à ausência do Estado, tanto na promoção de tais políticas quanto nos processos de monitoramento e fiscalização dos impactos ambientais gerados pelos megaprojetos. Tais críticas podem ser observadas no discurso que denuncia que os impactos de natureza ambiental “acarretam na vida de todo ser humano problemas como falta de saneamento básico, poluição da água, lixões, escassez de água potável, etc.

Todas essas problemáticas acontecem por falta de interesse dos políticos que governam o nosso Estado e país” (P67).

As críticas sobre a ausência ou ineficiência das políticas públicas relacionadas ao monitoramento e fiscalização dos impactos ambientais das atividades econômicas é algo que merece atenção. Os protagonistas da pesquisa sentem os “impactos que canalizam para o cotidiano em função das decisões do poder público ou da falta delas” (P58). Portanto, reconhecem a necessidade de fortalecer a Educação Ambiental, enquanto processo de luta e enfrentamento da crise ambiental na Amazônia, uma possibilidade de tornar visível o inconformismo frente à realidade e de resistir aos processos de imposições das problemáticas ambientais.

5. Algumas considerações

Os resultados mais relevantes da pesquisa retratam a realidade amazônica e, portanto, permitem-nos mapear os principais impactos ambientais, econômicos e sociais, decorrentes dos megaprojetos instalados na região. Além disso, a realidade apresentada pelos protagonistas da pesquisa, nos revela não apenas suas representações sociais, mas também os cenários de injustiças e racismo ambiental historicamente impostos. Em relação ao primeiro, representações sociais de problemas ambientais, são recorrentes os processos mentais de elaboração e difusão de imagens a partir da realidade cotidiana; isto é, das principais problemáticas da região: desmatamento, poluição da água, lixões, uso indiscriminado de agrotóxicos e mudanças climáticas. No que diz respeito ao segundo, cenários de injustiças e racismo ambiental, os impactos das problemáticas ambientais enquanto resultado das grandes instalações econômicas que afetam, diretamente, a saúde e as finanças das famílias.

Frente às injustiças ambientais, as contribuições dos docentes que participaram na pesquisa estão direcionadas a denunciar a atuação e/ou ausência do Estado. Reiteradamente, suas insatisfações e críticas ocorrem no sentido da incapacidade, talvez intencional, do Estado em defender os interesses da população local e de preservar a natureza amazônica. Em suas representações, resulta evidente que reconhecem a importância da floresta para a comunidade. Logo, suas preocupações com o desmatamento estão além da associação estabelecida com as mudanças climáticas, se inscrevem, também, na permanência dos ecossistemas e dos estilos de vida das comunidades que aí habitam, inclusive dos povos tradicionais.

As respostas obtidas ao longo da pesquisa deixam evidente a existência de um forte cenário de injustiças ambientais. Em tal cenário, as instalações dos megaprojetos na região da Amazônia revelam, entre outros aspectos, as articulações que acontecem em função dos incrementos econômicos e os interesses políticos que imperam na região. Sobre ambos, os protagonistas da pesquisa são conhecedores das situações adversas impostas, seja no formato de problemas ambientais, seja na materialização de seus impactos na vida da população. Isto porque são capazes de realizar uma leitura crítica da realidade vivenciada; ou seja, descrevem com clareza os principais problemas da região e seus impactos na vida cotidiana.

Para além dessa leitura crítica, são sabedores da necessidade de desarticulação dessa rede de controle, poder e apropriação que tem se intensificado não somente na Amazônia Legal, mas em toda a América Latina. Para tanto, recorrem à educação enquanto possibilidade de fortalecer os processos de participação e reivindicação por melhores condições de monitoramento e fiscalização. De igual maneira, enquanto estratégia de luta contra os impactos ambientais, econômicos e sociais decorrentes, sobretudo, dos empreendimentos industriais, minerais e hidrelétricos. Tais empreendimentos têm redefinido o espaço geográfico da região, assim como as condições essenciais de vida das populações, sobretudo, autóctones, tradicionais e camponesas que co-existem *com* a floresta Amazônica.

Nota

i Código utilizado para identificar os sujeitos da pesquisa e os instrumentos de coleta de dados.

Referências

ACSELRAD, Henri. Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 103-119, 2010.

_____. Liberalização da economia e flexibilização das leis - o meio ambiente entre o mercado e a justiça. **Revista de Educação, Ciências e Matemática**, Rio de Janeiro, v.3, n.3, p. 62-68, set./dez., 2013.

ANDRADE, Francisca Marli R. **Educação Ambiental na Amazônia: um estudo sobre as representações sociais dos pedagogos, nas escolas da rede pública municipal de Castanhal - Pará (Brasil)**. Tese de doutorado. Universidade de Santiago de Compostela (USC), 2014.

_____. Natureza Amazônica e Educação Ambiental: identidades, saberes docentes e representações sociais. **Revista Científica RUNAE**, Javier Loyola, v. 01, p. 51-70, 2017.

ANDRADE, Francisca Marli. R.; CARIDE, José Antonio. Educação Ambiental na Amazônia brasileira: participação e reclamos sociais em tempos pós-hegemônicos. **Revista Espacios Transnacionales**, Ciudad de México, v. 4, n. 7, p. 34-48, 2016.

_____. Educação Ambiental e formação docente na Amazônia brasileira: contextos universitários e realidades cotidianas. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 17, n. 55, p. 1598-1618, dez., 2017.

CARIDE, José Antonio. La educación y sus políticas como objetivo de desarrollo del milenio. **Innovación Educativa**, Ciudad de México, v. 11, n. 54, p. 53-65, ene./marz., 2011.

DOMINGUES, Mariana Soares; BERMANN, Célio. O arco de desflorestamento na Amazônia: da pecuária à soja. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 15, n. 2, 2012.

FATORELLI, Leandra; MERTENS, Frédéric. Integração de políticas e governança ambiental: o caso do licenciamento rural no Brasil. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 13, n. 2, p. 401-415, jul./dez., 2010.

FEARNSIDE, Philip. Desmatamento na Amazônia: dinâmica, impactos e controle. **Acta Amazônica**, Manaus, v. 36, n. 3, p. 395-400, 2006.

_____. **Hidrelétricas na Amazônia: impactos ambientais e sociais na tomada de decisões sobre grandes obras**. Vol. 1. Manaus, Amazonas: Editora do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), 2015.

GAZZONI, Décio Luiz. As razões da escalada de preços das commodities agrícolas. In: **Simpósio Internacional sobre Biocombustíveis e Segurança Alimentar**. Salvador: BA, 2008. Acesso em 25 de janeiro de 2016. Disponível em: <<http://www.goethe.de/ins/br/sab/pro/rapadura/gazzoni.pdf>>.

HERCULANO, Selene. O clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental. **Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente**, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 1-20, jan./abril, 2008.

JODELET, Denise. La representación social: fenómenos, conceptos y teoría. In:

MOSCOVICI, S. (org.). *Psicología Social, II. Pensamiento y vida social. Psicología social y problemas sociales*. Barcelona: Paidós, 1985, p. 469-494.

_____. (org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001, p. 17-44.

LIMA, Emanuel Fonseca. Injustiças Climáticas e povos autóctones. In: PERALTA, C. E.; ALVARENGA, L. J.; AUGUSTIN, S. (Orgs). **Direito e justiça ambiental: diálogos interdisciplinares sobre a crise ecológica**. Caxias do Sul, RS: Educs, 2014, p. 121-138.

LIMA, Marcela de Oliveira. Amazônia, uma história de impactos e exposição ambiental em paralelo à instalação de grandes empreendimentos na região. **Rev Pan-Amaz Saúde**, Ananindeua, v.7, n.2, p. 9-11, jun., 2016.

LITTLE, Paul E. **Megaproyectos en la Amazonía: un análisis geopolítico y socioambiental con propuestas de mejor gobierno para la Amazonía**. Perú: Red Jurídica Amazónica – RAMA Derecho, Ambiente y Recursos Naturales – DAR, 2013.

MOSCOVICI, Serge. **El psicoanálisis su imagen y su público**. Buenos Aires: Huemul, 1979.

_____. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. 7ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

NORA, Giseli Dalla; SATO, Michèle. **Água e vento são meio sustento: aspectos teórico-conceituais a serem considerados na pesquisa em Educação Ambiental e mudanças climáticas**. **Revista Ambientalmente Sustentável**, La Coruña, v. 2, n. 20, p. 235-247, jul./dez., 2015.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia: encruzilhada civilizatória: tensões territoriais em curso**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.

PRATES, Rodolfo Coelho; BACHA, Carlos José Caetano. Os processos de desenvolvimento e desmatamento da Amazônia. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 20, n. 3 (43), p. 601-636, dez. 2011.

ROCHA, Jiuliani Santos; VASCONCELOS, Priscila E. Alves. Racismo Ambiental. **Revista Jurídica Direito, Sociedade e Justiça**, Dourados, v. 6, n. 1, p. 337-340, mar./jun., 2018.

SACHS, Ignacy. Nova era, responsabilidades acrescidas. In: LASTRES, H. M. M. et al. (Orgs). **A nova era de políticas de desenvolvimento produtivo: sustentabilidade social e ambiental**. Brasília: CNI, 2012, p. 43-48.

Submetido em: 29/10/2016

Aceito em: 24/06/2018

<http://dx.doi.org/10.1590/1809-4422asoc0250r1vu18L3AO>

2018;21:e00250

Artigo Original

A AMAZÔNIA ALÉM DAS FLORESTAS, DOS RIOS E DAS ESCOLAS: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E PROBLEMAS AMBIENTAIS

Resumo: A Amazônia, historicamente, foi constituída nos imaginários sociais como paraíso terrestre. Porém, nas últimas décadas, foi convertida em um tema complexo, com vários dilemas a serem resolvidos. Neste contexto, intensifica-se o interesse em conhecer as representações sociais de problemas ambientais, bem como os impactos de tais problemas na vida cotidiana de docentes que atuam na cidade de Castanhal - Pará. O seu aporte teórico e metodológico foi orientado por contribuições da pesquisa qualitativa, mais precisamente da Teoria das Representações Sociais na sua abordagem etnográfica. Portanto, recorremos ao questionário, complementado por dois grupos de discussão e pela observação, para coletar as informações da investigação, na qual participaram 121 docentes. Os resultados indicam que existem representações compartilhadas, as quais são formadas a partir dos problemas ambientais vivenciados cotidianamente, como o desmatamento e as mudanças climáticas. Estas representações reafirmam as suas concepções de natureza, de cultura e de estilos de vida das populações amazônidas.

Palavras-chave: Representações sociais; problemas ambientais; Amazônia.

Abstract: The Amazon has historically been made a paradise in social thoughts. However, over the last decades, it has been converted into a complex issue, with many dilemmas to solve. For this reason, it intensifies the interest in cognizing social representations of environmental problems, as well the impacts of such problems on the daily routine of teachers who work in the city of Castanhal - Pará. Its theoretical and methodological aid was mentored by qualitative research contributions, more specifically by the Theory of Social Representations in its ethnographic approach. We used a questionnaire, supplemented by two discussion groups and by taking notice to collect data for this study, in which 121 teachers participated. Outcomes display that there are shared representations, which are based on the environmental problems that have been daily experienced, such as logging and climate changes. Such representations restate their nature, culture and lifestyles concepts regarding Amazonian populations.

Keywords: Social representations; Environmental issues; Amazon.

Resumen: La Amazonía, históricamente, fue constituída en los imaginarios sociales como paraíso terrestre. Sin embargo, en las últimas décadas fue convertida en un tema complejo, con muchos dilemas que resolver. En este contexto se intensifica el interés en conocer las

representaciones sociales de los problemas ambientales, bien como los impactos de tales problemas en la vida cotidiana de los docentes que actúan en la ciudad de Castanhal - Pará. Su aporte teórico y metodológico fue orientado por contribuciones de la investigación cualitativa, más concretamente de la Teoría de las Representaciones Sociales en su abordaje etnográfico. Por lo tanto, recurrimos al cuestionario, complementado por dos grupos de discusión y por la observación para recolectar las informaciones de la investigación, en la cual participaron 121 docentes. Los resultados indican que existen representaciones compartidas, las cuales son formadas a partir de los problemas ambientales vivenciados cotidianamente, como la deforestación y el cambio climático. Estas representaciones reafirman sus concepciones de naturaleza, de cultura y de estilos de vida de las poblaciones amazónicas.

Palabras-clave: Representaciones sociales; Problemas ambientales, Amazonía.
